



**NARA GUEDES DIAS LAUTON
TAUANY MARIA DE CÁSSIA SOUZA
ANDRÉ FABRÍCIO PEREIRA CRUZ**

**CONHECIMENTO E PREVALÊNCIA DE USO DA CONTRACEPÇÃO DE
EMERGÊNCIA EM MULHERES UNIVERSITÁRIAS**

GUANAMBI – BA

2023

**NARA GUEDES DIAS LAUTON
TAUANY MARIA DE CÁSSIA SOUZA
ANDRÉ FABRÍCIO PEREIRA CRUZ**

**CONHECIMENTO E PREVALÊNCIA DE USO DA CONTRACEPÇÃO DE
EMERGÊNCIA EM MULHERES UNIVERSITÁRIAS**

Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Graduação em Medicina das Faculdades Integradas Padrão de Guanambi como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Medicina.

Professor orientador: Me. André Fabrício Pereira Cruz.

GUANAMBI – BA

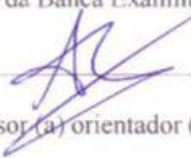
2023

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 16 horas do dia 30 do mês de NOVEMBRO do ano de dois mil e vinte e três, na sala APG 01, compareceram para defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito para a conclusão do curso de Medicina, as estudantes: Nara Guedes Dias Lauton e Tauany Maria de Cássia Souza, cuja pesquisa apresenta como título, CONHECIMENTO E PREVALÊNCIA DE USO DA CONTRACEPÇÃO DE EMERGÊNCIA EM MULHERES UNIVERSITÁRIAS. Constituíram a Banca Examinadora: o/a orientador (a), Prof. Me. André Fabrício Pereira Cruz e avaliadores, Prof. Me. Charles Neris Moreira e Prof. Me. Felipe Teixeira Dias. Após a apresentação e as observações dos membros da Banca Examinadora, ficou definido que o trabalho foi considerado APROVADO com conceito _____. Eu, André Fabrício Pereira Cruz, presidente da banca, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros.

Observações:

Assinatura da Banca Examinadora:



Professor (a) orientador (a)

Charles N. Moreira

Professor (a) examinador (a)

Felipe Teixeira Dias

Professor (a) examinador (a)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

L389c Lauton, Nara Guedes Dias
Conhecimento e prevalência de uso da Contracepção de Emergência em mulheres universitárias/ Nara Guedes Dias Lauton; Tauany Maria de Cássia Souza; orientador André Fabricio Pereira da Cruz - Guanambi, BA, 2023.
11 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Medicina) —
Faculdades Integradas Padrão- FIPGuanambi/Afya, 2023.

1. Contracepção Hormonal. 2. Educação em Saúde. 3. Planejamento Familiar. 4. Saúde da Mulher. I. Souza, Tauany Maria de Cássia. II. Cruz, André Fabricio Pereira da, orient. III. Título.

CDU

615.256.3

Bibliotecária: Raphaela Mota Pereira Veloso – CRB-5/2056

CONHECIMENTO E PREVALÊNCIA DE USO DA CONTRACEPÇÃO DE EMERGÊNCIA EM MULHERES UNIVERSITÁRIAS

Knowledge and prevalence of use of emergency contraception in university women

Conocimiento y prevalencia del uso de anticoncepción de emergencia en mujeres universitarias

Nara Guedes Dias Lauton¹, Tauany Maria de Cássia Souza¹, André Fabrício Pereira Cruz¹.

RESUMO

Objetivo: Analisar o conhecimento e a prevalência de uso da contracepção de emergência em mulheres universitárias. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, com análises quantitativas de campo com corte transversal. Foi utilizado um questionário individual, constituído por perguntas de múltipla escolha diretas, referentes ao objetivo do estudo, sem a identificação da voluntária. A aplicação do questionário foi para as mulheres que aceitaram participar e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados da pesquisa sobre as respostas das universitárias foram em uma planilha do software Excel versão 2019 e transportados aos softwares IBM® SPSS® Statistics versão 24. O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** O estudo contou com a participação de 400 mulheres universitárias, a idade predominante foi de 18 a 23 anos (69,3%). Dentre as universitárias entrevistadas (47,7 %) já fizeram uso de contraceptivo de emergência. **Conclusão:** Conclui-se que as mulheres participantes da pesquisa já fizeram uso da contracepção de emergência e também conhecem sobre o medicamento. Dentre as limitações do estudo, ocorreu a exclusão de menores de idade e a possibilidade de erro de memória por parte das entrevistadas, mas houveram subsídios suficientes para realização da pesquisa.

Palavras-Chave: Contracepção Hormonal, Educação em Saúde, Planejamento Familiar, Saúde da Mulher.

ABSTRACT

Objective: To evaluate knowledge and prevalence of use of emergency contraception among university women. **Methods:** This is descriptive research, with cross-sectional quantitative field analyses. An individual questionnaire was used, consisting of direct multiple choice questions, referring to the objective of the study, without identifying the volunteer. The questionnaire was applied to women who agreed to participate and who approved the Free and Informed Consent Form (TCLE). The survey data on the university students' responses were in an Excel version 2019 software spreadsheet and transported to IBM® SPSS® Statistics version 24 software. The study was approved by the Research Ethics Committee. **Results:** The study included the participation of 400 university women, the predominant age was 18 to 23 years old (69.3%). Among the university students interviewed (47.7%) have already used emergency contraception. **Conclusion:** It is concluded that the women participating in the research have already used

¹ Faculdades Integradas Padrão (FIP Guanambi), Guanambi- Bahia. E-mail: mariatauany36@gmail.com

emergency contraception and also know about the medication. Among the limitations of the study, there was the exclusion of minors and the possibility of memory errors on the part of the interviewees, but there was sufficient information to carry out the research.

Key words: Family Development Planning, Health Education, Hormonal Contraception, Women's Health.

RESUMEN

Objetivo: Evaluar el conocimiento y la prevalencia del uso de anticoncepción de emergencia entre mujeres universitarias **Métodos:** Se trata de una investigación descriptiva, con análisis de campo cuantitativos y transversales. Se utilizó un cuestionario individual, compuesto por preguntas directas de opción múltiple, referidas al objetivo del estudio, sin identificar al voluntario. El cuestionario se aplicó a mujeres que aceptaron participar y aprobaron el Formulario de Consentimiento Libre e Informado (TCLE). Los datos de la encuesta sobre las respuestas de los estudiantes universitarios se prepararon en una hoja de cálculo del software Excel versión 2019 y se transportaron al software IBM® SPSS® Statistics versión 24. El estudio fue aprobado por el Comité de Ética en Investigación. **Resultados:** En el estudio participaron 400 mujeres universitarias, la edad predominante fue de 18 a 23 años (69,3%). Entre los universitarios entrevistados (47,7%) ya han utilizado anticonceptivos de emergencia. **Conclusión:** Se concluye que las mujeres participantes en la investigación ya utilizaron anticoncepción de emergencia y además conocen sobre la medicación. Entre las limitaciones del estudio está la exclusión de menores de edad y la posibilidad de errores de memoria por parte de los entrevistados, pero hubo información suficiente para realizar la investigación.

Palabras clave: Anticoncepción Hormonal, Educación en Salud, Planificación Familiar, Salud de la Mujer.

INTRODUÇÃO

O contraceptivo de emergência (CE), conhecido popularmente como “pílula do dia seguinte” ou também como “anticoncepção pós-coital”, consiste numa substância hormonal concentrada que previne uma gestação inoportuna ou indesejada. Diferentemente dos outros métodos de contracepção os quais permitem uma prevenção antes ou durante a relação sexual, o contraceptivo de emergência atua por um curto período de dias após o intercuro sexual. Devido à essa característica, a CE torna-se um método ideal para prevenção de uma gestação não planejada após relação sexual desprotegida, uso errôneo do método anticoncepcional e nos casos de violência sexual (FIGUEIREDO R, 2004; BRASIL 2011).

Com o avanço da globalização, as mulheres conseguiram modificar seu papel na sociedade e ocupar vários espaços como na política e na economia, e assim, o público feminino adquiriu cada vez mais autonomia, e se inserir num mercado de trabalho, adquirir independência financeira, tornou-se um modo de vida almejado por muitas mulheres. Logo, o ingresso às universidades, é visto por muitas, como primeiro passo para atingir esse objetivo, e ao buscar conhecimento e aprimoramento profissional, muitas mulheres optam por postergar a maternidade e surge a necessidade de utilização de métodos contraceptivos, inclusive da contracepção de emergência (BARBIAN J, et al., 2021; MASCARENHAS L, et al., 2012).

A contracepção de emergência foi aprovada no território brasileiro em 1996, ano em que houve a implementação desse método nas Normas Técnicas de Planejamento Familiar e significou uma conquista dos Direitos Sexuais e Reprodutivos da mulher. O mecanismo de ação está diretamente relacionado com o momento do ciclo menstrual em que foi feita a administração. O hormônio, levonorgestrel, pode atuar na motilidade tubária, impedindo ou retardando a ovulação, como também pode interferir na motilidade dos espermatozoides através de uma alteração do pH do fluido uterino e do aumento da viscosidade do muco cervical. Vale ressaltar, que não há

evidências científicas de que a CE atue após a fecundação (ALANO G, et al., 2012; FIGUEIREDO R, 2004).

O CE é um medicamento que pode não estar disponibilizado na rede pública de saúde, por isso levando a mulher a buscá-lo em farmácias e drogarias sem prescrição médica e suas devidas orientações em relação aos seus efeitos adversos e consequente perda de sua eficácia. Por seu acesso ser facilitado, isso traz preocupações, pois pode levar a usos constantes, ao invés da utilização de outros métodos como: contraceptivo oral combinado de uso diário e até mesmo o uso do preservativo, método esse que previne as ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis). Embora esse método seja prático, com o uso frequente pode levar a perda ou diminuição da eficácia, além de desencadear problemas hormonais, e de infertilidade (FERREIRA J, et al., 2021).

Estudos como o de Barbian J, et al. (2021) demonstraram uma alta prevalência de uso da CE pelas universitárias, em contrapartida, nesse mesmo estudo ainda foram notadas lacunas no conhecimento sobre o método.

A partir dessa compreensão, este estudo objetivou avaliar o conhecimento e a prevalência de uso da contracepção de emergência pelas universitárias, com a finalidade de subsidiar estratégias que visem promover uma educação em saúde em torno da temática.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, com análises quantitativas de campo com corte transversal, que objetivou avaliar o conhecimento e a prevalência de uso da contracepção de emergência em mulheres universitárias.

A pesquisa foi realizada numa cidade situada no sudoeste da Bahia e a amostra foi constituída por estudantes das Instituições de Ensino Superior (IES) pública e privada da cidade. O estudo foi constituído por 400 entrevistadas do sexo feminino, selecionadas de forma aleatória.

Os dados foram coletados no 2º semestre de 2023 e para a realização da coleta foi utilizado um questionário individual, de fácil interpretação, constituído por perguntas de múltipla escolha diretas e objetivas, referentes ao objetivo do estudo, sem a identificação da voluntária. A aplicação do questionário foi para as mulheres que aceitaram participar e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com capacidade de responder as questões inerentes aos objetivos dessa pesquisa, ser universitária, mulher e em idade fértil. Foram excluídas aquelas que não conseguiram responder o questionário completo e as menores de 18 anos.

Os dados da pesquisa sobre as respostas das universitárias foram introduzidos e tratados em uma planilha do software Excel versão 2019 e transportados aos softwares IBM® SPSS® Statistics versão 24.0, provendo, recursos necessários para execução do processo de estudo. Utilizou-se o teste Qui-quadrado para avaliar as diferenças de proporções dos dados categóricos sendo considerado significativo $p \geq 0,05$.

O estudo foi elaborado seguindo as normas e diretrizes definidas pelas Resoluções do Conselho de Saúde que regulamentam a realização de pesquisa envolvendo seres humanos n.º 466/2012 e n.º 510/2016, submetido na plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa das UNIFIPMOC. Além disso, o respeito pela dignidade humana, bem como a proteção devida aos participantes, foi considerado, como

preconiza a Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, conforme aprovação número 5.519.702.

RESULTADOS

O estudo contou com a participação de 400 mulheres universitárias, a idade predominante foi de 18 a 23 anos (69,3%). A maioria das mulheres eram solteiras (87,5%) e a renda familiar prevalente foi de 1 a 2 salários (58,8%). Quase metade das entrevistadas se autodeclararam pardas (45,3%), a maior parte mora com os pais (41,3%) e a metade está na fase inicial do curso, 1º ao 4º semestre (50%). Esses dados podem ser observados na tabela 1.

Tabela 1- Análise descritiva dos dados sociodemográficos das mulheres universitárias entrevistadas, n=400. Guanambi-BA, 2023.

		n	%
Faixa Etária	18 a 23 anos	277	69,3
	24 a 29 anos	92	23,0
	30 anos ou mais	31	7,8
Estado Civil	Casada	46	11,5
	Solteira	350	87,5
	Separada	04	1,0
Renda Familiar	1 a 2 salários	235	58,8
	3 a 4 salários	83	20,8
	5 ou mais salários	82	20,5
Raça / Cor	Branca	126	31,5
	Preta	88	22,0
	Parda	181	45,3
	Amarela	04	1,0
	Indígena	01	0,3
Mora com quem	Sozinha	95	23,8
	Pais	165	41,3
	Amigos	70	17,5
	Parentes	70	17,5
Semestre que está cursando	1º a 4º	200	50,0
	5º a 7º	95	23,8
	8º a 10º	99	24,8
	11º a 12º	06	1,5

Fonte: LAUTON NGD, et al., 2023.

Dentre as universitárias entrevistadas (47,7 %) já fizeram uso de contraceptivo de emergência e em relação à frequência de uso (67%) relataram fazer o uso 01 vez por ano. Em relação às que utilizaram, (98,4%) afirma que não foi prescrito por nenhum médico e a maioria adquiriu o medicamento em farmácias (67%). Quanto aos efeitos adversos (53,4%) afirmaram não ter tido efeitos adversos e houve uma predominância quanto à alteração do ciclo menstrual (70,7%). Uma grande parte das graduandas (91,6%) já foram informadas sobre os riscos e reações adversas do medicamento. A maioria acredita que o medicamento pode trazer alterações nos órgãos reprodutores femininos (77,5%) e mais da metade sabia que fazendo o uso do contraceptivo de emergência por longo período, pode gerar um câncer de mama (51,3 %). Tais dados podem ser visualizados na tabela 2.

Tabela 2 – Análise descritiva dos dados relativos ao uso do contraceptivo de emergência por mulheres universitárias n=400. Guanambi-BA, 2023

		n	%
Já fez uso de contraceptivo de emergência?	Sim	191	47,7
	Não	209	52,3
Qual frequência que uso o contraceptivo?	1 vez por ano	128	67,0
	2 a 3 vezes por ano	56	29,3
	4 a 5 vezes por ano	04	2,1
	Mais que 6 vezes por ano	03	1,6
Já foi informada sobre: riscos e reações adversas?	Sim	175	91,6
	Não	16	8,4
O uso foi prescrito por algum médico?	Sim	03	1,6
	Não	188	98,4
Fazendo o uso da pílula do dia seguinte pode haver alterações nos órgãos reprodutores femininos?	Verdadeiro	148	77,5
	Falso	43	22,5
Sabia que fazendo o uso do contraceptivo de emergência por longo período, pode gerar um câncer de mama?	Sim	98	51,3
	Não	93	48,7
Ao fazer uso da pílula do dia seguinte, houve alterações no seu ciclo menstrual?	Sim	135	70,7
	Não	31	16,2
	Não lembra	25	13,1

Já sentiu algum efeito colateral ao fazer uso da pílula do dia seguinte?	Sim	89	46,6
	Não	102	53,4
Através de quem obteve a pílula do dia seguinte?	Parceiro	61	31,9
	Amigos (as)	02	1,0
	Drogaria / farmácia	128	67,0

Fonte: LAUTON NGD, et al., 2023.

Em relação ao conhecimento sobre a temática, a maioria das universitárias acredita que a contracepção de emergência não tem caráter abortivo (67%), além disso, (97,9%) afirmou que o medicamento não pode ser usado constantemente, não pode ser administrado antes da relação sexual (67,5%) e nem protege contra ISTs (99%). No geral, grande parte das entrevistadas negaram que contraceptivo de emergência é indicado para mulheres que não querem usar outros métodos (86,9%), que pode ser tomado apenas no dia seguinte da relação sexual (66,5%) e para aquisição do contraceptivo de emergência em drogarias e farmácias é necessário prescrição médica (94,2%). Notou-se que a maioria das graduandas acreditam que o contraceptivo de emergência é indicado quando existe falha do método utilizado (75,4%) e deve ser utilizado até 72 horas após a relação sexual desprotegida (84,3%). Tais dados podem ser vistos na tabela 3.

Tabela 3 - Análise descritiva dos dados relativos ao uso do contraceptivo de emergência por mulheres universitárias n=400. Guanambi-BA, 2023.

		n	%
A pílula do dia seguinte é abortive?	Sim	40	20,9
	Não	128	67,0
	Não sei	23	12,1
O contraceptivo de emergência pode ser administrado antes da relação sexual?	Sim	19	10,0
	Não	129	67,5
	Não sei	43	22,5
O contraceptivo de emergência pode ser tomado apenas no dia seguinte da relação sexual?	Sim	52	27,2
	Não	127	66,5
	Não sei	12	6,3
O contraceptivo de emergência pode ser usado constantemente?	Sim	01	0,5
	Não	187	97,9
	Não sei	03	1,6
O contraceptivo de emergência é indicado para mulheres que não querem usar outros métodos?	Sim	14	7,3
	Não	166	86,9
	Não sei	11	5,8

O contraceptivo de emergência é indicado quando existe falha do método utilizado?	Sim	144	75,4
	Não	31	16,2
	Não sei	16	8,4
O contraceptivo de emergência deve ser utilizada ate 72 horas após a relação sexual desprotegida ?	Sim	161	84,3
	Não	19	9,9
	Não sei	11	5,8
Para aquisição do contraceptivo de emergência em drogarias e farmácias é necessário prescrição médica?	Sim	06	3,1
	Não	180	94,2
Você acha que a pílula do dia seguinte previne contra infecções sexualmente transmissíveis?	Sim	01	0,5
	Não	189	99,0
	Não sei	01	0,5

Fonte: LAUTON NGD, et al., 2023

Foi avaliado a associação entre a idade e a maneira que a mulher universitária adquiriu a pílula do dia seguinte. Notou-se que em todas as faixas etárias houve uma predominância da aquisição do medicamento em farmácias/drogarias, não havendo associação entre idade e forma de aquisição ($p=0,587$). Esses fatos podem ser observados na tabela 4.

Tabela 4 - Associação entre idade e forma de aquisição do contraceptivo de emergência em mulheres universitárias $n=400$. Guanambi-BA, 2023.

Forma de aquisição do medicamento	Idade						Sig
	18 a 23 anos		24 a 29 anos		Mais de 30 anos		
	n	%	n	%	n	%	
Parceiro	45	35,1	11	23,4	05	31,2	0,587
Amigos (as)	01	0,8	01	2,1	0	0,0	
Drogaria / farmácia	82	64,1	35	74,5	11	68,8	

Fonte: LAUTON NGD, et al., 2023.

A maioria das entrevistadas tem conhecimento de que a pílula do dia seguinte não pode ser utilizada para prevenção de ISTs, independentemente do período da graduação, em que 98,9% do 1º ao 4º período, 100% do 5º ao 7º, 98,1% do 8º ao 10º e 100% do 11º ao 12º sabem que o contraceptivo de emergência não previne contra IST. Assim, nota-se que não houve associação entre semestre que está cursando e nível de conhecimento sobre a prevenção de IST mediante o uso do medicamento em questão ($p=0,703$). Tal fato pode ser visualizado na tabela 5.

Tabela 5 - Associação entre semestre que está cursando e conhecimento de que pílula do dia seguinte não é capaz de prevenir ISTs. n=400. Guanambi-BA, 2023.

“A pílula do dia seguinte previne contra de IST?”	Semestre que está cursando								Sig
	1º a 4º		5º a 7º		8º a 10º		11º a 12º		
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Sim	01	1,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,703
Não	89	98,9	48	100,0	51	98,1	01	100,0	
Não sei	0	0,0	0	0,0	01	1,9	0	0,0	

Fonte: LAUTON NGD, et al., 2023.

DISCUSSÃO

O estudo denota que as mulheres entre a faixa etária de 18 a 23 anos (69,3%) apresentam um maior índice de uso do contraceptivo de emergência em relação as demais idades, sendo semelhante ao perfil etário predominante de 16 e 30 anos descrito por Souza LG e Cipriano VTF (2019). De acordo com o BRASIL (2011) não existe contraindicações específicas para o uso do CE em jovens, entretanto, o uso inadvertido do método traz complicações tanto para essa fase quanto em mulheres mais velhas.

A taxa de mulheres que alegou não ter feito o uso da CE foi de 52,3%. Diferentemente dos resultados obtidos por Barbian J, et al. (2021), os quais demonstraram que a maioria das universitárias fizeram o uso do CE (52,9%). No entanto, a taxa mulheres que afirmaram ter feito o uso foi de 47,7%, obtendo um resultado semelhante a pesquisa de Alano GM, et al. (2012) o qual encontrou (48,6%).

Houve uma prevalência de mulheres que moram com os pais e são solteiras do ponto de vista legal. Com isso, nota-se uma semelhança com o estudo realizado por Silva VS, et al. (2022) em que a maior parte das entrevistadas também residem com os pais e são solteiras. Sendo assim, é possível observar que as mulheres tendem a utilizar a CE por não terem concluído a graduação e conseqüentemente, não possuem uma estabilidade financeira e profissional (SOUZA LG; CIPRIANO VTF, 2019).

A contracepção de emergência é um medicamento de fácil acesso, sendo possível adquirir o produto sem prescrição médica, algo muito comum no cenário brasileiro, além disso, a medicação também possui um baixo custo no mercado facilitando o acesso ao medicamento (BORGES ALV, et al., 2010; BLACK KI, et al., 2006; ACÁCIO AJM, et al, 2021). No presente estudo observou-se que a maioria das mulheres participantes obtiveram a medicação por meio de farmácias (67%). O mesmo foi visto no estudo feito por Abreu TMR e Nunes AT (2021) em que 88,1% das universitárias adquiriu a CE em drogarias e as mesmas relataram não ter tido nenhuma orientação quanto à utilização e efeitos adversos. Borges ALV, et al. (2010) também constatou o mesmo em seu estudo, em que 99% das mulheres adquiriram a anticoncepção de emergência em farmácias sem prescrição ou orientação de um profissional da saúde.

Em relação ao conhecimento da CE, 91,6% das mulheres relataram já terem sido informadas sobre os riscos e reações adversas e 97,9% alegaram que o medicamento não pode ser utilizado de forma contínua. Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Brambilla A, et al. (2017), em que 99,5% afirmaram ter sido informadas

sobre a existência da CE e 94,2% responderam corretamente que o medicamento não pode ser usado de forma contínua.

A contracepção de emergência possui uma indicação restrita para situações específicas e tem a finalidade de prevenir uma gravidez indesejada ou inoportuna, após uma relação sexual desprotegida. Dentre as principais indicações, é possível destacar situações como falha ou uso inadequado do método contraceptivo de rotina, relação sexual sem o uso de algum método contraceptivo ou em casos de violência sexual. Vale ressaltar, que a contracepção de emergência não deve ser utilizada de maneira planejada ou para substituir o método anticonceptivo rotineiramente (FONTELES MM, et al., 2016; CIPRIANO VTF, 2019). No presente estudo, uma parte considerável das mulheres universitárias demonstrou ter conhecimento sobre tais fatos, pois 67% das entrevistadas declararam que contraceptivo de emergência não pode ser administrado antes da relação sexual e 75,4 % afirmaram que o CE é indicado quando existe falha do método utilizado.

Dentre as perguntas do questionário utilizado na pesquisa foi sobre a atuação do medicamento sendo ele de ação abortiva ou não, a maioria das mulheres responderam não (67%), de acordo com AMENGAL MLB, et al. (2016) e ALANO GM, et al. (2012) o mecanismo do fármaco é bloquear ou até mesmo atardar a ovulação devido as modificações na movimentação das tubas uterinas, fazendo uma inversão do peristaltismo e das batidas das fímbrias, além disso, pode atrapalhar a mobilidade dos espermatozoides do colo uterino às trompas, devido ao aumento do pH vaginal e viscosidade do muco cervical, portanto o seu resultado acontece anteriormente à fecundação.

Os efeitos adversos mais descritos após o uso da contracepção de emergência são náuseas, vômitos e cefaleia, mas há outros efeitos menos comuns como a sensibilidade dos seios, sangramento uterino irregular, atraso ou antecipação da menstruação (FERREIRA J, et al.,2021; LEELAKANOK N e METHANEETHORN J, 2020; SANTOS MB e CAIRES CS, 2021; MORAES LP, et al. 2020). Acrescenta-se também, o aumento do risco para o desenvolvimento de trombose, pois os contraceptivos orais que possuem o estrogênio na sua composição, a depender da dose, podem atuar aumentando os fatores II, V, VII, IX, X e XII da coagulação e reduzir a antitrombina II (FIORETTI R e MELLO ARN, 2017). Em um estudo realizado por Santos MB e Caires CS (2021) apenas 33% afirmaram que sentiram os efeitos colaterais, resultado similar ao do presente estudo, no qual 46,6% das entrevistadas relataram ter tido efeito colateral ao fazer uso da contracepção de emergência.

A pesquisa demonstrou que 99% das mulheres sabem que o CE não previne contra as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), dados esses semelhantes encontrados no estudo realizado por ALANO, GM et al. (2012) no qual 85% declararam saber que o método não previne IST tendo um número bem reduzido que declarou não saber. Segundo SANTOS AHB, et al. (2020) o uso da pílula do dia seguinte não associado ao uso do preservativo masculino/feminino expõe o indivíduo a ISTs como; HIV, Sífilis, Gonorréia. Em acordo, com PORTO MS, et al (2019), o qual afirma que o método previne uma gravidez não planejada, porém ocasiona a vulnerabilidade das usuárias as ISTs.

Vale ressaltar que o estudo possui limitações, a pesquisa foi realizada em apenas duas IES da cidade e mulheres menores de 18 anos de idade não foram consideradas. Além disso, ao aplicar o questionário foram obtidas informações retrospectivas, e por essa característica, pode haver erro de memória por parte das entrevistadas. Entretanto,

essas limitações não são capazes de invalidar os resultados obtidos sobre a temática, pois foi possível obter subsídios suficientes para avaliar o conhecimento e prevalência de uso da contracepção de emergência pelas universitárias.

CONCLUSÃO

Conclui-se que as mulheres participantes da pesquisa já fizeram uso da contracepção de emergência e também conhecem sobre o medicamento. Como o esperado, a grande maioria afirmou ter obtido o CE sem prescrição médica, através de farmácias/drogarias e garantem ter sido informadas sobre os efeitos adversos advindos do seu uso indiscriminado. No entanto, é possível perceber que uma minoria significativa ainda desconhece sobre alguns pontos relevantes do contraceptivo de emergência, como a questão de ser abortiva, se causa alteração nos órgãos, câncer de mama e frequência de utilização. Por isso, é necessário que haja o incentivo para criação de políticas de educação em saúde baseada na divulgação de informações acerca do medicamento, seja por meios de comunicação ou por profissionais de saúde, principalmente os farmacêuticos, para que tais profissionais sejam capazes de acolher e informar sobre o contraceptivo de emergência de maneira clara e sem julgamentos. Por fim, deixa-se como sugestão, a produção de outros estudos relacionados à temática com finalidade de obter ainda mais informações sobre o tema, assim como o presente estudo.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Essa pesquisa não possui conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

ABREU TMR, NUNES AT. Conhecimento sobre método contraceptivo de emergência e seus efeitos indesejáveis pelas universitárias da área da saúde de uma instituição de ensino superior de campos dos goytacazes-RJ. Revista Científica da Faculdade de Medicina de Campos, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 7–11, 2021.

ACÁCIO AJM, et al. Contraceptivos de emergência – avaliação do nível de informação de clientes de uma farmácia em fortaleza: o nível de informação acerca de contraceptivos de emergência. Revista Diálogos Acadêmicos, Fortaleza, v. 7, n. 2, jul./dez. 2018

ALANO GM, et al., Conhecimento, consumo e acesso à contracepção de emergência entre mulheres universitárias no sul do Estado de Santa Catarina. Ciência & Saúde Coletiva, 17(9):2397-2404, 2012.

AMENGAL MLB, et al. Systematic Review of the profile of emergency contraception users. Revista Latinoamericana de Enfermagem, 24, e. 2733, 2016.

BARBIAN J et al. Anticoncepção de emergência em universitárias: prevalência de uso e falhas no conhecimento. Rev. Saúde Pública, v.55, 08 nov. 2021.

BLACK KI, MERCER CH, JOHNSON AM, WELLINGS K. Sociodemographic and sexual health profile of users of emergency hormonal contraception: data from a British probability sample survey. Contraception. V.74, n.4,2006.

BRAMBILLA A; RIECHEL T, AMADEI, JANETE L. Contracepção de emergência e universitárias da área da saúde. Revista Sustinere, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 253–264, 2017. DOI: 10.12957/sustinere.2016.25018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Anticoncepção de emergência: perguntas e respostas para profissionais de saúde. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/anticoncepcao_emergencia_perguntas_respostas_2ed.pdf. Acesso em: 12 nov 2023.

BORGES ALV, FUJIMORI E, HOGA LAK, CONTIN MV. Práticas contraceptivas entre jovens universitários: o uso da anticoncepção de emergência. Cad Saúde Pública [Internet].n. 26, v. 4.abr 2010.

FERREIRA J. et al. Riscos associados ao anticoncepcional de emergência. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação v.7, n.10, p. 2057–2066, 2021.

FIGUEIREDO R. Contracepção de emergência no Brasil: necessidade, acesso e política nacional. Revista de Saúde Sexual e Reprodutiva, set 2004.

FIORETTI R, MELLO ARN. Tromboembolismo associado ao uso de contracepção hormonal. Revista Científica Semana Acadêmica, n.000116, nov. 2017.

FONTELES MM et al. Perfil de utilização de anticoncepcional de emergência em serviços de atendimento farmacêutico de uma rede de farmácias comunitárias. Revista Eletrônica de Farmácia, v. 13, n. 3, p. 131–139, 2016.

LEELAKANOK N; METHANEETHORN J. A Systematic Review and Meta-analysis of the Adverse Effects of Levonorgestrel Emergency Oral Contraceptive. Clin Drug Investig., v.40, n.5, p. 395-420, mai 2020.

MASCARENHAS L et al. Contracepção na contemporaneidade: o distanciamento da moral católica. Rev. Bioét. (Impr.). [Internet]. V. 2 n. 2, set 2012.

MORAES LP, et al. Análise do perfil das estudantes de uma universidade de Curitiba acerca do uso de métodos contraceptivos. Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, v. 65, n. 1, p. 1-13, 2020.

PORTO MS, et al. Conhecimento e utilização de anticoncepção de emergência por jovens no Brasil: revisão integrativa da literatura. Revista Eletrônica de Farmácia, v. 16, n. E, 2019.

SILVA VS; SILVA GKR.; CRUZ KSS.; MESQUITA HTS; SILVA ASB. Emergency contraception: use and knowledge by academics in a college in Pará. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e9211628784, 2022.

SANTOS MB, CAIRES CS. Risco do uso de contraceptivos orais e de emergência. Revista Científica Unilago, v. 1 n. 1, 2021.

SANTOS AHB, et al. O uso indiscriminado do contraceptivo de emergência: uma revisão. Revista Saúde dos Vales, 2020.

SOUZA LG de; CIPRIANO VTF. Contraceptivo Oral de Emergência: Indicações, uso e reações adversas. Revista Eletrônica Acervo Saúde v.22, n.22, abr 2019.